

PIXURUM

Plataforma do Serviço Público em SC



Fórum
Catari
nense

“Pixurum” é um termo da cultura cabocla que significa mutirão, juntar gente para realizar algum trabalho ou, ainda, trabalho no sentido cooperativo, utilizado nesta publicação para designar a plataforma política do Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público para as eleições de 2026.



Apresentação

Trabalho formal; um emprego fixo, os bicos, mais a venda de alguma coisa que lhe disseram que faz bem; de dia loja de departamento, à noite, garçom; nenhum emprego formal, trabalho em aplicativo de entrega; trabalhar em qualquer coisa que possa trazer um dinheiro; apostas em bets; endividamento; monocultura, clima imprevisível, perda da lavoura, crédito rural. Comida cara, roupa cara, luz cara, transporte caro, moradia cara.

Você pode viver, ter vivido ou conhecer alguém nessas condições. É a história atual dos trabalhadores e trabalhadoras. É a nossa história.

Mas este é o caminho percorrido, na cidade e no campo, quando se vive um contexto de deterioração de políticas públicas e falta de projetos reais de desenvolvimento de uma sociedade.

O índice de desemprego de Santa Catarina é de 2,7%, segundo o PNAD/IBGE. Baixo, é bem verdade. No entanto, questiona-se a qualidade dos empregos oferecidos, onde serviços, indústria, comércio e construção civil apresentam condições de trabalho e salários ruins, obrigando muitas pessoas a atuarem na informalidade, que hoje é de 25,4%, conforme o mesmo órgão.



Santa Catarina é um Estado rico, sendo a 6ª maior economia do Brasil. Mas este dinheiro todo, vai para quem?

Grande parte do dinheiro existente no Estado é gerado pelos trabalhadores e trabalhadoras a partir do que produzem e pelos impostos que pagam. A forma da população se apropriar desses recursos ocorreria na utilização de serviços públicos, em tese, universais, gratuitos e de qualidade.

Mas a política atual de Santa Catarina faz o caminho contrário, destinando boa parte do dinheiro público para empresas terceirizadas (15,7% do orçamento), construção civil (9,3%), organizações sociais (4%), instituições privadas de ensino privado (2,5%), entre outras destinações que escapam da distribuição da riqueza à população por meio dos serviços públicos.

Na terra do Contestado, onde a cultura cabocla deixou um bonito legado de igualdade, partilha e vida comunitária, uma pequeníssima parcela de super-ricos recebem 38,1% da maior fonte de arrecadação do Estado (a média nacional é de 22,8%) em renúncias fiscais, o que significa R\$ 31 bilhões somente em 2026.

Esta terra de herança cabocla, de pequenos proprietários rurais e de operários da indústria, de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, observa uma apropriação desproporcional e injustificada de recursos públicos que deveria ser de todas as pessoas trabalhadoras que constroem o Estado.

Pensando nisso, o Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público, que congrega sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras do serviço público das esferas municipal, estadual e federal, fez um Pixurum, um trabalho coletivo, para apresentar uma plataforma política que propõe um processo de transformação social a partir da melhor distribuição do dinheiro público e do fortalecimento dos serviços públicos.

A organização deste documento foi inspirado nos movimentos populares do início do século XX, período em que Santa Catarina viveu a disputa do Contestado: a terra e o povo para lembrar da nossa história e para falar de quem somos, e a luta, porque temos um horizonte a ser perseguido.

A ideia central é pensar alternativas a partir da realidade vivida pela população dentro dos serviços

públicos realizados todos os dias pelos trabalhadores e trabalhadoras que prestam estes serviços.

Temer menos, sonhar mais e transformar os trabalhadores e as trabalhadoras nos protagonistas desta nossa história operária, do campo e da cidade, desta terra

cabocla, de cultura diversa e de gente que fez muito Pixurum para construir este lindo Estado com muito sangue e suor. **Transformar Santa Catarina em um lugar onde “quem tem mói, quem não tem mói também e, no final, todos ficam iguais”.**



A Terra e o Povo

Assim como o Brasil, Santa Catarina também é terra indígena. Dos Guarani, em sua maioria localizados na região litorânea (terras baixas) até a bacia do Paraná-Paraguai; dos Kaingang, no oeste e meio oeste, mas que vem lá do interior do Estado de São Paulo até o centro norte do Rio Grande do Sul; e dos Laklãnõ Xokleng, no Alto Vale, do planalto norte ao litoral e do Paraná ao Rio Grande do Sul.

Hoje, temos aproximadamente 95,7 mil km², que abrigam 295 municípios. Mas nem sempre foi assim. A criação da província de Santa Catarina se deu em 1739, a partir da separação da província de São Paulo. A formação geopolítica, suas fronteiras e dimensão territorial ocorreu em 1916, quando todo o oeste catarinense e parte do planalto norte foram incorporados ao estado a partir da assinatura do Acordo de Limites com o Paraná, após o conflito do Contestado.

O território catarinense abrigou uma das maiores lutas pela terra do Brasil, no início do século XX, o conflito do Contestado, o qual se originou da desapropriação de uma grande faixa de terra para a construção de uma ferrovia pela Brazil Railway Company. A região era ocupada



majoritariamente pela população cabocla que trabalhava na terra. Além dos pequenos produtores expulsos da terra, trabalhadores desempregados que haviam participado da construção da ferrovia e opositores dos coronéis locais se reuniram em comunidades para sobreviver na região.

O raio de domínio dos sertanejos chegou a atingir 28 mil quilômetros quadrados, que se estende de Lages ao Irani, do Irani a Porto União da Vitória e até São Bento do Sul, e pode ter abrigado cerca de 80 mil pessoas. Forças militares e estaduais enviadas para a região entre 1912 e 1916 geraram confrontos que vitimaram entre 10 e 20 mil pessoas. Com o fim da disputa, foi assinado o tratado que demarcou os territórios do Paraná e Santa Catarina.

Além disso, a cultura, a economia e a política de Santa Catarina são fortemente marcadas pelas populações que migraram e ainda migram para o Estado. Em sua maioria, trabalhadoras e trabalhadores em busca de uma vida

melhor. Desde os povos indígenas que sempre habitaram a região, Santa Catarina recebeu imigrantes e até hoje recebe populações oriundas de outros países, como a Venezuela e Haiti, e de outros estados, como o Pará e o Rio Grande do Sul.

A tradição histórica do estado é de acolhimento. De acordo com informações do IBGE, entre 2010 e 2022, a população de Santa Catarina cresceu 21,8%, saltando para 7,6 milhões de habitantes, a segunda maior expansão entre os estados brasileiros no período. As ondas migratórias, principalmente entre as décadas de 1990 e de 2020, fizeram com que o Estado também possuisse uma expressiva população de negros e negras que reúne quase 1,8 milhão de habitantes.

Os movimentos migratórios que fizeram a população de Santa Catarina se expandir nas últimas décadas estão fortemente ligados à busca por oportunidades de trabalho, mas, também, à qualidade de vida. Essa condição de bem-estar guarda forte relação



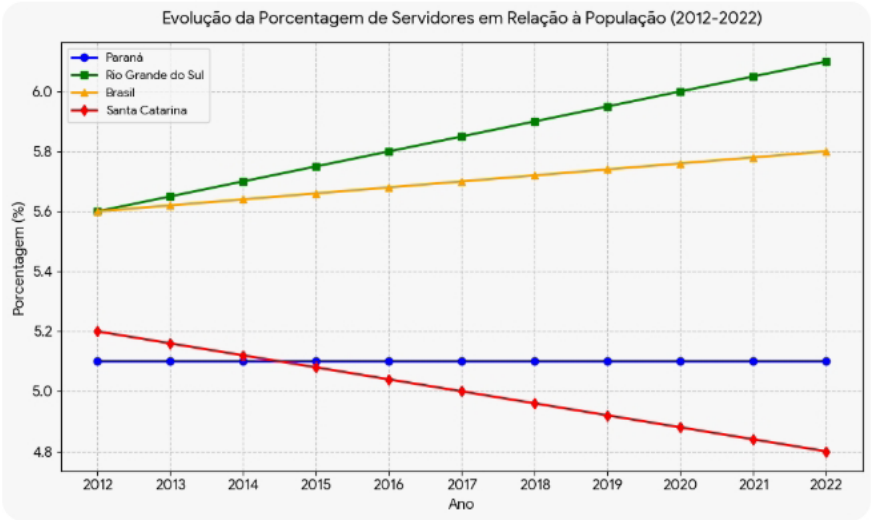
com os serviços públicos de saúde, educação, lazer, limpeza pública e etc. Porém, de acordo com o Atlas do Serviço Público 2024, elaborado pelo DIEESE, o percentual de trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos federais, estaduais e municipais não têm acompanhado este crescimento.

TEM POUCAS PESSOAS NO SERVIÇO PÚBLICO EM SANTA CATARINA

Entre 2012 e 2022, enquanto Paraná e Rio Grande do Sul viram o percentual de servidores e servidoras crescer em relação à população de cada estado, Santa Catarina fez o movimento inverso, contrariando, inclusive o crescimento da média nacional.

Os dados mostram que existe um descompasso: de um lado, o discurso político de um estado sem as contradições sociais de outras unidades da federação, de outro, uma prática política de arrocho em relação ao serviço público, este que é responsável por minimizar as desigualdades sociais.

Apesar do número de trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos em Santa Catarina não acompanharem a necessidade, o Atlas também mostra que somos em torno de 365 mil nas três esferas. Por isso, os sindicatos do setor público se mantêm organizados e dispostos à intervir no processo eleitoral como forma de garantir o direito da população a um serviço público de qualidade.



Entidades que construíram a Plataforma:

- Central Única dos Trabalhadores (CUT-SC)
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB-SC)
- Central da Classe Trabalhadora (INTERSINDICAL-SC)
- Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM)
- Federação dos Trabalhadores Municipais de Santa Catarina (FETRAM-SC/CUT)
- Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Federal, Estaduais e do Distrito Federal (FENALE)
- Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC)
- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (SINTESPE)
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (SINTE-SC)
- Sindicato dos Trabalhadores na Saúde de Santa Catarina (SindSaúde/SC)
- Sindicato dos Servidores do Ministério público de Santa Catarina (SIMPE-SC)
- Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAFESC)
- Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (SINDIRECEITA/SC)
- Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (SINDIFISCO NACIONAL - Delegacia Florianópolis)
- Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação de Universidades Federais da Fronteira Sul (SINDTAE)
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (SINTUFSC)
- Sindicato dos Técnicos da Universidade do Estado de Santa Catarina (SINTUDESC)
- Sindicato dos Docentes da Universidade do Estado de Santa Catarina (APRUDESC)
- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de São José (SINTRAM-SJ)

- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Palhoça (SITRAMPA)
- Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos e Similares de Santa Catarina (SINTEC-SC)
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região (SINERGIA)
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Lages (STIEEL)
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Assessoramento, Perícia, Pesquisa e Informações de Santa Catarina (SINDASPI-SC)
- Seção Sindical da Grande Florianópolis do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal (SINASEFE-IFSC)
- Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (SINDALESC)
- Sindicato dos/as Trabalhadores/as em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (SINTAEMA/SC)
- Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal em Santa Catarina (SINDPREVS/SC)
- Sindicato dos Bancários de Chapecó e Região
- Sindicato dos Trabalhadores na Área da Educação da Rede Municipal de Tubarão e Capivari de Baixo (SINTERMUT)
- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Araranguá (SINDMA)
- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma e Região (SISERP-CRR)

PIXURUM

Santa Catarina para todas as pessoas



**Fórum
Catari
nense**

Santa Catarina, o nome da mulher
que virou Santa depois que foi decapitada.
Que o nome não se sabe se é por Caboto ou Alexandria,
Que tem praias e montanhas,
Que neva e faz calor,
Que tem a mão que mata indígenas, negros e mulheres
Que tem a mão que rouba terras.
Do vale europeu que é terra indígena.
Do bairro dos Ingleses que é um lugar ancestral de aquilombamen-
to.
Do povo que é meio duro para dançar carnaval.
Mas não é somente esta Santa Catarina.
Sequer queremos que seja Santa.
Queremos a Diversa.
Àquela que Contesta.
Das múltiplas comidas,
Dos sotaques que não combinam,
Dos estilos que se contrastam.

Da mão grossa e calejada
que oferece
o pão com chimia
o café com cuca
o peixe
o churrasco
Da mão grossa e calejada
que compartilha
a cuia e a bomba,
a tainha,
a colheita farta,
a chegada sem avisar.
Da voz que sai da boca tão rápido que ninguém entende.

Da mão grossa e calejada
da resistência campesina,
da agricultura familiar,
da luta no campo,
da luta na cidade.

Às catarinas e catarinos
que tocam várias culturas,
que habitam a terra vermelha,
e sentem o cheiro do mar.
que circulam em pequenos povoados,
que a cidade grande não é grande.
Tão provinciana quanto uma ilha deve ser.

Às catarinas e catarinos,
que construíram este Estado,
que resistem
que não são poucos.
que somos nós.

Autor: Neto Puerta



A Luta

Diante do desafio de construir uma correlação de forças mais favorável à classe trabalhadora, tanto no legislativo, quanto no executivo, estadual e federal, as cerca de 30 entidades sindicais organizadas no Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público lançam esta plataforma eleitoral com 12 pontos. A ideia é que o PIXURUM seja absorvido pelo máximo de candidaturas possível e sirva de guia para que a população vote nas eleições de 2026.

1. TRANSPARÊNCIA JÁ: MAIS DE R\$100 BILHÕES EM RENÚNCIA FISCAL SEM CONTRAPARTIDA SOCIAL!

De acordo com relatório anual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos três primeiros anos de governo, Jorginho Mello (PL) deixou de cobrar mais de R\$ 76 bilhões em impostos, beneficiando, principalmente, mega empresários do setor portuário, do agronegócio e da indústria. A previsão é de que, pelo menos, mais R\$ 31 bilhões sejam concedidos em isenções de impostos para os mesmo setores só em 2026, ano eleitoral, totalizando R\$ 107 bilhões em quatro anos de mandato.

Apesar de ser a política de Estado que mais concentra recursos, o governo Jorginho se nega a informar ao eleitorado catarinense quais empresas são beneficiadas, quanto cada uma deixa de recolher para os cofres públicos, a quanto tempo elas estão sendo contempladas e quantos e se estão gerando novos empregos de qualidade em contrapartida a essa política bilionária de isenção de impostos. Por isso, as candidaturas precisam se comprometer à debater um projeto de lei que obrigue o Governo do Estado a dar transparência à política de renúncias fiscais.



2. FIM DA ESCALA 6X1 E REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO!

O fim da escala 6x1 foi aprovado na Câmara dos Deputados por 472 votos favoráveis e 22 contrários. A PEC 221/2019 reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais e dois dias de descanso. A redução da jornada de trabalho é uma pauta de toda a classe trabalhadora que sente a necessidade de ter mais tempo para o lazer, saúde, cultura e convívio familiar.

De acordo com o Ministério do Trabalho, só em Santa Catarina cerca de 1 milhão de trabalhadores serão beneficiados pelo fim da 6x1, mesmo assim, dos 22 parlamentares que votaram contra o fim da 6x1, dez são de Santa Catarina: Carlos Chiodini (MDB), Caroline de Toni (PL), Daniel Freitas (PL), Daniela Reinehr (PL), Fábio Schiochet (PL), Gilson Marques (Novo), Julia Zanatta (PL), Pezenti (MDB), Ricardo Guidi (PL) e Zé Trovão (PL).

A precarização do trabalho e da vida, aprofundada pela reforma trabalhista de 2017, precisa ser combatida no sentido de resgatar milhões de trabalhadores e trabalhadoras para o trabalho formal. Nesse sentido, é preciso eleger as candidaturas verdadeiramente comprometidas com melhores condições de vida.



3. CHEGA DE CONFISCO, PELO FIM DOS 14%!

Santa Catarina tem condições de arcar com o fim da cobrança dos 14% sobre a parcela dos benefícios que vão até o teto do INSS (R\$ R\$ 8.475,55). Além da melhoria da qualidade de vida de aposentadas e aposentados do setor público estadual, a medida representa um aporte importante à economia local. O fim dos 14% representaria a injeção de milhões por ano na economia local. Só as isenções oferecidas em 2025 pagariam 4 vezes o fim dos 14%.

A contribuição previdenciária de aposentados e aposentadas é tão absurda que a maioria dos ministros do Supremo já entende que a medida é inconstitucional. Agora, o fim da taxa só depende da marcação do julgamento no STF. Nesse sentido, as candidaturas ao Governo do Estado precisam se comprometer com o fim da cobrança dos 14%!



4. A REFORMA ADMINISTRATIVA PODE FECHAR CRECHES, ESCOLAS E HOSPITAIS!

Se aprovada, a chamada “reforma administrativa” (PECs 32/2020 e PEC 38/2025) vai cortar os investimentos da União, estados e municípios em políticas públicas como saúde e educação. Isso pode significar, por exemplo, o fechamento de escolas, creches, postos de saúde e hospitais.

O discurso de que a reforma administrativa vai modernizar o Estado é mentiroso, na realidade, a medida vai legalizar o apadrinhamento político e a contratação sem concurso público. É por isso que as candidaturas de deputados e deputadas federais, mas, também, de senadores e senadoras, precisam estar comprometidas com o arquivamento da PEC 32, da PEC 38 e de qualquer outra proposta de “reforma administrativa” que piore o atendimento à população!



5. NEGOCIAÇÃO COM OS SINDICATOS JÁ!

Se aprovado, o PL 1893/26 pode obrigar o presidente, governadores, prefeitos e dirigentes dos demais poderes a sentarem para dialogar sobre, por exemplo, a contratação de mais médicos, professores e pessoal da limpeza urbana, pelo menos, uma vez por ano. A regulamentação da negociação coletiva no serviço público, também é uma forma de garantir o aumento de investimentos em áreas essenciais para a população como saúde, educação e segurança pública.

Muitas greves no serviço público são resultado da falta de diálogo. Por isso, todas as candidaturas precisam estar alinhadas com a aprovação da regulamentação da negociação coletiva no serviço público brasileiro.



6. MAIS CONCURSO, MENOS TERCEIRIZAÇÃO!

A entrega de serviços públicos a interesses privados, muitas vezes explorados de forma inadequada, tem sido uma preocupação constante, especialmente em áreas essenciais como saneamento, educação, saúde e segurança. Em Santa Catarina, esse movimento é historicamente combatido por sindicatos, que alertam para o risco de transformar direitos básicos em bens escassos e inacessíveis para parte da população.

A Constituição brasileira estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado, o que exige a universalização dos serviços públicos. No entanto, a expansão de terceirizações e privatizações impacta negativamente, pois eleva os custos e reduz a qualidade dos serviços prestados. Em contrapartida, o concurso público fortalece a estrutura estatal ao formar profissionais qualificados, garantindo continuidade administrativa, eficiência e melhor atendimento à população.

Apesar disso, muitos governos têm adotado vínculos precários de trabalho, enfraquecendo carreiras, desestabilizando a previdência e reduzindo investimentos em qualificação. Esse cenário gera custos sociais e econômicos elevados, agravados por políticas paliativas que não enfrentam as causas estruturais dos problemas. Em síntese: terceirizar, precarizar e fugir dos concursos sai mais caro para a sociedade em todas as áreas. Precisamos, portanto, de candidaturas comprometidas com o fim das terceirizações!



7. DEFESA DO SUS E DA EDUCAÇÃO PÚBLICOS!

Por determinação da Constituição Federal, a União, estados e municípios precisam aplicar percentuais fixos da receita à saúde e à educação públicas. Por isso, esses setores do serviço público perdem muito com a política de desoneração fiscal em todos os níveis. No Estado de Santa Catarina, por exemplo, com a previsão do governo de deixar de arrecar R\$ 31 bilhões em benefício de mega empresários, só em 2026 a saúde perde R\$ 3,72 bilhões (12%) e a educação R\$ 7,75 bilhões (25%).

Além disso, esses são os dois setores mais prejudicados pelas terceirizações. Cerca de 70% dos profissionais da educação em Santa Catarina possui vínculo de trabalho temporário. Situação que, além de precarizar direitos, enfraquece o regime de previdência do serviço público, pois contratados temporários contribuem para o regime geral do INSS. Na saúde, a administração das unidades foi entregue para as organizações sociais, facilitando a corrupção e precarizando o serviço prestado à população.



8. DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA!

Defender o serviço público, é também defender a Universidade Pública, pois em um país marcado por profundas desigualdades sociais, é ela quem permite que a classe trabalhadora acesse o ensino superior, mesmo que seja essa uma realidade mais recente que é também resultado de políticas públicas.

Defender a universidade pública passa por defender a autonomia universitária, pois é ela o grande guarda-chuva que permite, ou deveria permitir, a regulação administrativa e orçamento adequado para a definição e execução de seus objetivos e a forma de sua gestão. É a partir destes princípios que se possibilita a autonomia didático-científica, a que proporciona a construção de um conhecimento que esteja a favor dos nossos interesses enquanto trabalhadoras e trabalhadores.

Nesse sentido, a defesa da autonomia passa também pela disputa do orçamento público. O programa Universidade Gratuita criado no governo Jorginho Mello (PL-SC), que oferece bolsas integrais em cursos superiores nas chamadas “universidades comunitárias” para famílias com renda mensal de R\$ 26 mil, no caso de um núcleo de 4 pessoas, precisa ser revisado. O escândalo dos 858 estudantes milionários que receberam bolsas do programa ganhou repercussão nacional que acabou forçando a redução da renda mensal dos beneficiários que antes podia ser de até R\$ 52 mil por mês, no caso do curso de medicina.

De 2024 até o final de 2026, o programa pode custar mais R\$ 3 bilhões aos cofres públicos. Dinheiro que poderia estar sendo investido na Universidade dos Estado de Santa Catarina (UDESC) que é a 44ª melhor universidade do país de acordo com o ranking 2025 da Folha de São Paulo. Precisamos de candidatas e candidatos que compreendam a universidade pública como patrimônio, e façam a sua defesa sem exatidão.

9. NÃO SE COMBATE VIOLÊNCIA, COM MAIS VIOLÊNCIA!

Estudos já concluíram que o mero investimento em armamento e aumento de vagas em presídios não acaba com a violência. Ao contrário, reproduz a lógica de abusos e encarceramento em massa das populações periféricas, sobretudo nas grandes cidades.

Além disso, o último Atlas do Serviço Público, produzido pelo DIEESE, aponta que a máquina pública catarinense sofre com a sobrecarga de trabalho na Polícia Civil, déficit de efetivo na Polícia Científica e falta de profissionais na Polícia Penal. O efetivo da Polícia Militar de hoje é menor do que em 2017.

Para além de pensar em número de efetivo, existe a necessidade de investir em políticas públicas que atuem na prevenção às violências, como, por exemplo, a violência contra as mulheres. O Observatório da violência contra a Mulher, entre 2020 e 2025, registrou mais de 436 mil ocorrências de violência doméstica. Em 2024 foram 51 feminicídios consumados. Estes dados apontam a urgência de políticas públicas que amplie a rede de conscientização a partir da educação básica, como também de atendimento às mulheres em situação de violência, delegacias especializadas 24 horas, casas de acolhimento e projetos como a Casa da Mulher Brasileira em SC.

Precisamos de candidaturas que compreendam que não se combate violência com mais violência, e que defender políticas públicas de prevenção, é também, defender a segurança pública.



10. PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER!

O patriarcado que estrutura nossa sociedade afeta a vida das mulheres do estado de SC. Mulheres vivenciam violências das mais diversas, desde falta de acesso a direitos básicos, como saúde e assistência social, assim como acesso a vagas nas creches e escolas, salários menores relacionados aos homens no mercado de trabalho, ataques aos seus direitos reprodutivos, além das violências física, psicológica, moral, patrimonial e sexual.

Uma sociedade que amplia o direito das mulheres é uma sociedade mais inclusiva. O estado de SC é um dos maiores em feminicídios e continua crescendo, dados do portal Observatório de Violência Contra Mulher em Santa Catarina mostram um aumento de 23% no número de feminicídios na comparação do registrado de janeiro a julho de 2026 e o mesmo período de 2025.

É preciso avançar: na garantia de uma educação em tempo integral que possibilite às mulheres trabalharem e/ou estudar para maior autonomia; nos direitos à saúde da mulher; no enfrentamento às desigualdades salariais entre homens e mulheres; na construção de políticas públicas que faça esse debate junto aos homens sobre sua responsabilidade pelo fim da violência.

É preciso valorizar a diversidade e lutar para que as mulheres catarinenses permaneçam vivas! Portanto é preciso que as candidaturas reafirmem o compromisso de lutar por uma sociedade sem violência de gênero.



11. POLÍTICA DE COTAS NO SERVIÇO PÚBLICO CATARINENSE!

Em Santa Catarina, a população branca, principalmente migrantes Europeus, recebeu terras e apoio do governo para se assentar no território. Hoje, os descendentes dessa população possuem vantagens econômicas em relação a população negra que foi historicamente marginalizada e excluída das políticas públicas. Durante séculos, negras e negros são vítimas do racismo estrutural herdado da desumanização utilizada para justificar a escravização. As cotas são uma política pública que busca reparar as atrocidades históricas cometidas pelo Estado brasileiro que legitimou a escravização.

Em 2023, a deputada estadual Ana Campagnolo (PL) e os deputados estaduais Marcius Machado (PL), Napoleão Bernardes (PSD), Pepê Collaço (PP) e Repórter Sérgio Guimarães (União) rejeitaram, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alesc, o Projeto de Lei 424/23 de autoria da deputada estadual Professora Vanessa da Rosa (PT). O PL estabelecia cotas raciais de 20% das vagas para o ingresso de negros e negras no serviço público estadual.

Em 2026, a Lei 19.772/26, proposta pela Alesc e sancionada pelo Governador Jorginho, vedava a adoção “de cotas e outras ações afirmativas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas ou que recebam verbas públicas no âmbito do Estado de Santa Catarina”. A Lei foi suspensa pelo Poder Judiciário, mas é fato que a medida demonstrou mais uma vez, a negação da necessidade de políticas públicas e de reparação histórica à população negra em Santa Catarina.

Candidatos e candidatas, de uma maneira geral, precisam defender as cotas raciais e outras políticas de reparação nas eleições de 2026.

12. PRIVATIZAÇÃO = ÁGUA, LUZ E ENTREGAS MAIS CARAS CARAS E SEM QUALIDADE!

De acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arsp), durante o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) saltou de 3,7 mil queixas em 2023 para quase 10 mil em 2024 quando o processo de privatização da empresa foi concluído.

Com o setor elétrico completamente privatizado, o Rio de Janeiro tem a 7ª tarifa de energia mais cara do país, já Santa Catarina, onde a energia é controlada pelo governo, por meio da Celesc, tem a 4ª tarifa mais barata do país. Os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), ao final de 2025.

No setor postal, enquanto empresas privadas concentram as atividades na entrega de encomendas nos grandes centros urbanos com alta lucratividade, recai sobre os Correios a responsabilidade de fazer as entregas em todo o território nacional, inclusive nos locais de mais difícil acesso e, portanto, com um custo maior. A falta de ação do Congresso Nacional para proteger os Correios durante o enorme crescimento da demanda de entregas que se intensificou ainda mais durante a pandemia, impôs à empresa pública um prejuízo de R\$ 8,5 bilhões em 2025.

Contudo, os Sindicatos dos Correios alertam para o fato de que a privatização completa do setor postal vai encarecer as encomendas e inviabilizar entregas na maior parte do país em curto prazo. Nesse sentido, é fundamental que as candidaturas que se preocupam com o país como um todo, se posicionem pela reestatização do setor elétrico e de saneamento, mas também com a ampliação dos investimentos e a criação de novas leis que protejam os Correios.

